

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM  
**PROVA OBJETIVA**  
19/03/2006

**ATENÇÃO: LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA**

Confira, abaixo, o seu número de inscrição e nome. Assine **SOMENTE** no espaço abaixo reservado.

Confira, no cartão-resposta, o seu número de inscrição e nome. Comunique **IMEDIATAMENTE** aos aplicadores da prova qualquer irregularidade. **NÃO SERÃO ACEITAS** reclamações posteriores.

A interpretação das questões é parte integrante da prova, **NÃO SENDO PERMITIDAS** perguntas aos aplicadores da prova.

A prova é **INDIVIDUAL**, **SENDO VEDADAS** consultas de qualquer natureza.

O uso de qualquer recurso não permitido acarretará a imediata **ANULAÇÃO** da prova e a **ELIMINAÇÃO** do candidato do Exame.

Para cada questão há **APENAS UMA RESPOSTA**. Questão em branco ou com mais de uma alternativa assinalada, terá nota **ZERO**. Utilize os espaços em branco para rascunhos.

Utilize apenas caneta esferográfica com tinta **AZUL-ESCURA** ou **PRETA** para o preenchimento do cartão-resposta, que **NÃO PODE SER RASURADO, DODRADO** ou **AMASSADO**.

**DURAÇÃO DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME

ASSINATURA





---

## Ética na Advocacia

---

**01 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) no seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.
- b) no processo judicial, o advogado contribui na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, mas seus atos não constituem múnus público.
- c) o estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos previstos no artigo 1º do Estatuto da Advocacia e da OAB, na forma do Regulamento Geral, isoladamente ou em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.
- d) o advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os 15 (quinze) dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

**02 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, mesmo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
- b) a jurisdição disciplinar da OAB exclui a comum, mas quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
- c) o Conselho Seccional da OAB pode adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes, objetivando a que o profissional suspenso ou excluído devolva os documentos de identificação.
- d) o processo disciplinar é público, podendo ter acesso às suas informações as partes, seus defensores, a autoridade judiciária competente e terceiros interessados.

**03 – Qual sanção disciplinar que será aplicada ao advogado que exerce prática reiterada de jogo de azar, não autorizado por lei?**

- a) suspensão.
- b) censura.
- c) exclusão.
- d) nenhuma, pois o ato não caracteriza infração disciplinar.

**04 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.

**II** – No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

**III** – O Conselho Seccional da OAB não deve suspender o pedido de transferência ou inscrição suplementar se verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, mas deve comunicar o fato ao Conselho Federal da OAB.

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**05 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada em provimento do Conselho Federal da OAB.
- b) as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados, podendo ou não indicar a sociedade de que façam parte.
- c) o ato de constituição de filial da sociedade de advogados deve ser averbado no registro respectivo e arquivado junto ao Conselho Seccional da OAB onde se instalar, dispensados os sócios de promoverem inscrição suplementar.
- d) aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina da OAB, no que couber.

**06 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o advogado pode requerer o registro, nos seus assentamentos, de fatos comprovados de sua atividade profissional ou cultural, ou a ela relacionados, e de serviços prestados à classe, à OAB e ao País.
- b) os pedidos de transferência de inscrição de advogados são regulados pelo Regimento Interno do Conselho Seccional da OAB respectivo.
- c) o advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de 3 (três) causas por ano, acima do qual se obriga à inscrição suplementar.
- d) cancela-se a inscrição do advogado quando ocorrer a quarta suspensão, relativa ao não pagamento de anuidades distintas.

**07 – Sobre os recursos em processo disciplinar da OAB, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) todos os recursos em matéria disciplinar têm efeito suspensivo.
- b) todos os recursos em matéria disciplinar têm efeito suspensivo, salvo quando tratar de eleições, de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, e do cancelamento da inscrição obtida com falsa prova.
- c) nenhum recurso tem efeito suspensivo.
- d) apenas o recurso que trata de eleições tem efeito suspensivo.

**08 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.
- b) concluída a causa ou arquivado o processo, a cessação do mandato ocorre com a ciência do constituinte acerca do encerramento do feito ou com a prestação de contas, se for o caso.
- c) o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, ainda que por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.
- d) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes com interesses opostos, desde que haja expressa autorização dos constituintes.

**09 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I – O Conselho Seccional da OAB deve oferecer os meios e suporte imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Ética e Disciplina.

II – O Tribunal de Ética e Disciplina deve organizar seu Regimento Interno, a ser submetido ao Conselho Seccional da OAB e, após, ao Conselho Federal da OAB.

III – A pauta de julgamentos do Tribunal de Ética e Disciplina é publicada em órgão oficial e no quadro de avisos gerais, na sede do Conselho Seccional da OAB, com antecedência de 7 (sete) dias, devendo ser dada prioridade nos julgamentos para os interessados que estiverem presentes.

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**10 – Sobre o processo disciplinar na OAB, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) no processo disciplinar não é permitida a formulação do pedido de revisão.
- b) o prazo de defesa é peremptório e não pode ser prorrogado.
- c) em primeira instância, compete ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB julgar os processos disciplinares.
- d) o sigilo do processo disciplinar é absoluto e perdura mesmo com o seu término.

---

## Direito Civil

---

**11 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – A morte presumida somente pode ser declarada após prévia declaração de ausência, com a abertura da sucessão definitiva.

**II** – Aqueles que, por deficiência mental, tenham seu discernimento reduzido são, à luz do Código Civil de 2002, relativamente incapazes.

**III** – Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, conforme o Código Civil de 2002, são relativamente incapazes.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas a afirmativa III está correta.
- d) apenas a afirmativa II está correta.

**12 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público interno, arroladas em tal condição no Código Civil de 2002.

**II** – A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, como regra, independe de registro, bastando a aprovação de seu contrato social pelo Poder Executivo.

**III** – Nem todos os direitos de personalidade se aplicam às pessoas jurídicas.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas a afirmativa III está correta.
- d) apenas a afirmativa II está correta.

**13 – Assinale a alternativa CORRETA:**

**a)** não serão anuláveis por fraude contra credores os contratos de disposição gratuita de bens do devedor insolvente quando a insolvência não for notória, ou não houver motivo para ser conhecida do devedor ou do outro contratante.

**b)** as garantias de dívidas que o devedor já insolvente der a algum credor se presumem, em regra, como fraudatórias dos direitos dos outros credores.

**c)** o negócio jurídico simulado praticado a partir no dia 12 de janeiro de 2003 é anulável.

**d)** a convalidação do negócio jurídico nulo se dá por sua conversão substancial, que sempre deverá contar com o consentimento de todos os integrantes da relação jurídica.

**14 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – Nas obrigações alternativas, ao contrário do que ocorre nas obrigações de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, salvo estipulação contratual em contrário.

**II** – Havendo mais de um devedor de uma obrigação indivisível, o credor poderá cobrar a dívida toda de qualquer um dos devedores, que não ficará sub-rogado no direito do credor em relação aos outros coobrigados, haja vista a natureza indivisível da obrigação.

**III** – O julgamento contrário a um dos credores solidários sempre atinge os demais, do mesmo modo como o julgamento favorável a um deles a todos aproveita.

**IV** – O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

- a) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) apenas a afirmativa I está correta.
- d) apenas a afirmativa IV está correta.

**15 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) a proposta de contrato entre ausentes que chega ao conhecimento do oblato deixa de ser obrigatória se, até 24 (vinte e quatro) horas depois dela, chegar ao conhecimento do oblato a retratação do peticitante.
- b) a oferta ao público sempre equivale à proposta, pelo que sempre será obrigatória para o oblato.
- c) na estipulação em favor de terceiro, o estipulante pode se reservar o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante.
- d) o direito de arrependimento, salvo no compromisso de compra e venda de bens imóveis, é inerente ao contrato preliminar.

**16 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) inexistente, no Código Civil de 2002, qualquer regra que imponha ao incapaz a responsabilidade pelos prejuízos que causar.
- b) existe, no Código Civil de 2002, hipótese de responsabilidade civil por danos causados pela prática de ato lícito.
- c) os pais somente respondem pelos danos causados por seus filhos quando provada cabalmente a sua *culpa in vigilando*.
- d) no caso de culpa concorrente, a vítima jamais terá direito a qualquer indenização.

**17 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) presume-se de modo absoluto a intenção de abandono de um bem imóvel (ou seja, a intenção de não mais conservá-lo em seu patrimônio) quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.
- b) o comodatário é detentor do bem imóvel, na medida em que possui em nome de outrem, ainda que à sua própria conta.
- c) a convenção que constitui o condomínio edilício somente se torna obrigatória para os titulares de direito sobre as unidades após o seu registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) a propriedade fiduciária não é uma espécie de propriedade resolúvel, uma vez que, ao contrário desta última, aquela primeira tende à perpetuidade.

**18 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I – A propriedade rural produtiva não pode ser desapropriada, uma vez que a produtividade, à luz dos índices de aproveitamento fixados em lei, é o único requisito necessário ao cumprimento da função social da propriedade.

II – À luz do Código Civil de 2002, a função social dos contratos tem por finalidade impor o atendimento do princípio da boa-fé, desde que, ao fazê-lo, não ofenda o dogma da autonomia da vontade e, por consequência, a liberdade de contratar.

III – A função social da propriedade urbana diz respeito às exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas a afirmativa II está correta.
- d) apenas a afirmativa III está correta.

**19 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) será nulo o pacto antenupcial realizado mediante escritura pública se a ele não se seguir o casamento.
- b) à luz do Código Civil de 2002, os cônjuges casados pelo regime da separação absoluta de bens podem, independentemente da autorização do outro, prestar aval.
- c) no regime da participação final nos aquestos, os bens adquiridos onerosamente por apenas um dos cônjuges após o casamento não integram o patrimônio próprio do cônjuge adquirente, uma vez que integram a comunhão.
- d) no regime da comunhão universal de bens, todo o patrimônio dos cônjuges, sem exceção, integra a comunhão.

**20** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os atos de administração da herança não são exclusivos dos herdeiros, e, se praticados por qualquer um deles, não exprimem, por si sós, aceitação tácita da herança.
- b) qualquer herdeiro pode, de modo juridicamente eficaz, ceder onerosamente seus direitos hereditários sobre qualquer bem da herança considerado singularmente, uma vez que todos os herdeiros são proprietários de todos os bens integrantes do acervo hereditário desde a abertura da sucessão.
- c) o herdeiro que pretender ceder seu quinhão hereditário a pessoa estranha à sucessão deverá obter prévia e expressa autorização dos demais co-herdeiros, sob pena de anulabilidade.
- d) a única hipótese em que a prole eventual terá legitimidade sucessória na sucessão testamentária é a da substituição fideicomissária.

---

## Processo Civil

---

**21** – Sobre o direito fundamental à tutela jurisdicional, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) fica obstada a via judicial até que se esgotem os recursos na via administrativa.
- b) em hipótese alguma pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- c) a tutela inibitória (preventiva) é corolário do direito fundamental à tutela jurisdicional.
- d) ao publicar a sentença de mérito o juiz torna efetivo o direito fundamental à tutela jurisdicional.

**22** – Sobre a litigância de má-fé, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o juiz não pode condenar o advogado da parte no pagamento de multa por litigância de má-fé.
- b) a multa para o cumprimento de decisão mandamental (astreintes) e a multa por litigância de má-fé têm mesma função e natureza jurídica.
- c) alegar defesa destituída de fundamento pode configurar litigância de má-fé.
- d) fazer alegações de fato incompatíveis com a realidade pode configurar litigância de má-fé.

**23** – Sobre a condenação em honorários advocatícios, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os honorários advocatícios de sucumbência são verbas que não têm natureza alimentar.
- b) não há condenação em honorários advocatícios no processo de execução.
- c) o beneficiário da assistência judiciária está isento da condenação em honorários advocatícios.
- d) honorários fixados em valor ínfimo (aviltantes) ou sumo (abusivo) podem ser revistos pela via do recurso especial.

**24** – Um estudante de direito, residente em Campo Mourão – Estado do Paraná, pretende impetrar mandado de segurança em face de ato do Coordenador do Curso de Direito da Universidade Estadual de Maringá – Estado do Paraná, que indeferiu seu pedido de matrícula. O foro competente para conhecer e julgar a ação é o da Justiça Comum:

- a) Estadual de Campo Mourão.
- b) Federal de Maringá.
- c) Estadual de Maringá.
- d) Federal de Campo Mourão ou Maringá.

**25** – Pedro, brasileiro, advogado, propôs ação de cobrança em face dos devedores solidários Celso, brasileiro, médico; Marco, brasileiro, menor, estudante e; Eagle S.A., empresa norte-americana com filial no Brasil. Com base neste quadro fático, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – A interrupção da prescrição efetuada unicamente contra Celso envolve os demais devedores solidários.

**II** – Marco não pode ser citado pelo correio.

**III** – Se o gerente da filial brasileira da Eagle S.A. não tiver poderes para receber citação, esta deverá ser efetuada por carta rogatória.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**26** – Em ação de reintegração de posse, movida por A em face de B, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) B, possuidor direto, pode denunciar à lide C, possuidor indireto.
- b) A, detentor, pode nomear à autoria C, proprietário da coisa.
- c) C, locatário de B, pode assistir B, em hipótese de assistência litisconsorcial.
- d) B pode oferecer oposição a A, para ficar na posse do bem.

**27** – Sobre a antecipação da tutela, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) fora das hipóteses expressamente previstas na lei de locações, é vedado ao juiz antecipar a tutela visando o despejo do locatário.
- b) o juiz pode antecipar a tutela na sentença.
- c) é sempre sumária a cognição do juiz ao antecipar a tutela nos casos de pedido (ou parcela de pedido) incontroverso.
- d) a concessão da antecipação da tutela por abuso de direito de defesa também depende da demonstração de fundado receio de dano.

**28** – Sobre o novo regime do agravo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a regra é que o agravo seja retido, a exceção que seja por instrumento.
- b) só cabe recurso de agravo de instrumento quando a decisão puder causar à parte lesão grave ou de difícil reparação.
- c) a decisão do relator que converter o agravo de instrumento em retido é irrecurável.
- d) o agravo cabível contra decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento deverá ser interposto oralmente e na própria audiência, sob pena de preclusão.

**29** – Sobre o processo de execução, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.

**II** – Não é cabível execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública

**III** – Na penhora de bem imóvel de um dos cônjuges, é indispensável a intimação do outro, mesmo quando o regime de casamento for o da separação de bens.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**30** – Sobre as provas no Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a (in)veracidade da alegação de fato feita pela parte.
- b) não se aceita no Brasil a doutrina norte-americana do fruto da árvore envenenada (*fruit of the poisonous tree*).
- c) as declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta (*juris et de jure*) de veracidade em relação aos signatários.
- d) mesmo os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade dependem de prova.

---

## Direito Comercial

---

**31** – Sobre o cheque, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** - No cheque é facultativa a aposição da denominação “cheque” inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido.

**II** - O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.

**III** - O cheque admite aceite.

**IV** – As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes; mais que isso, o cheque pode ser emitido à ordem do próprio sacador, ou por conta de terceiro, ou ainda contra o próprio banco sacador, desde que não ao portador.

- a) as afirmativas I e IV estão incorretas.
- b) as afirmativas II e III estão corretas.
- c) as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) as afirmativas II e IV estão corretas.

**32** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – O Código Comercial de 1850 continua em vigor na parte que trata de direito marítimo.

**II** – Curiosamente, os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem e, em seu favor, quando escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.

**III** – A prova resultante dos livros e fichas não é bastante nos casos em que a lei exige escritura pública ou escrito particular revestido de requisitos especiais.

**IV** – A prova resultante dos livros e fichas pode ser ilidida pela comprovação da falsidade ou inexatidão dos lançamentos.

- a) as afirmativas I, II, III e IV estão incorretas.
- b) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) apenas a afirmativa II está incorreta.

**33** – Sobre as sociedades anônimas, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

**I** – Nem o estatuto social nem a assembléia geral poderão privar o acionista dos direitos de participar dos lucros sociais; participar do acervo da companhia, em caso de liquidação, e de fiscalizar, nos termos da lei, a gestão dos negócios sociais.

**II** – O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.

**III** – Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao patrimônio.

**IV** – O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente pelos prejuízos que causar quando proceder com culpa ou dolo.

- a) a afirmativa IV está incorreta.
- b) as afirmativas I e III estão corretas.
- c) as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) as afirmativas I e II estão corretas.

**34** – Sobre a propriedade industrial, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Ao pedido de patente depositado em país que mantenha acordo com o Brasil, ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional, não será assegurado direito de prioridade. Assim, fatos ocorridos no curso do registro da patente não serão por ele abrangidos.

**II** – É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

**III** – Não se considera invenção nem modelo de utilidade descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos, ou ainda, concepções puramente abstratas, obras literárias e arquitetônicas.

**IV** – Contado da data do depósito, a patente de invenção e de modelo de utilidade vigoram pelo mesmo prazo que o registro da marca, ou seja, em todos os casos de forma improrrogável e pelo prazo 10 (dez) anos.

- a) as afirmativas II e IV estão corretas.
- b) as afirmativas I e III estão corretas.
- c) as afirmativas I e IV estão incorretas.
- d) as afirmativas II e III estão incorretas.

**35** – Sobre os direitos do consumidor, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Na responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, o fabricante, o produtor, o construtor nacional ou estrangeiro, respondem, ante a existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem de produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

**II** – A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço é um dos direitos básicos do consumidor.

**III** – No que concerne à responsabilidade por vício do produto ou do serviço, os fornecedores de produtos duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam.

**IV** – É correto afirmar que os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo.

- a) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- b) as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) as afirmativas I e III estão corretas.
- d) a afirmativa IV está incorreta.

**36** – Sobre títulos de crédito, em especial no que se refere aos títulos à ordem, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Considera-se não escrito o endosso cancelado, total ou parcialmente.

**II** – Considera-se legítimo possuidor o portador do título à ordem com série regular, embora interrompida de endossos.

**III** – Considera-se não escrita no endosso qualquer condição a que o subordine o endossante.

**IV** – O devedor, embora se encontre impedido de formular exceções fundadas nas relações pessoais que tiver com o portador, poderá opor a este as exceções relativas à forma do título e ao seu conteúdo literal, à falsidade da própria assinatura, a defeito de capacidade ou de representação no momento da subscrição, e à falta de requisito necessário ao exercício da ação.

- a) as afirmativas I e III estão incorretas.
- b) as afirmativas II e IV estão incorretas.
- c) as afirmativas I e II estão corretas.
- d) as afirmativas III e IV estão incorretas.

**37** – Sobre a capacidade do empresário, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – O empresário casado depende da outorga uxória para praticar qualquer ato que resulte em alienação dos imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

**II** – É facultado aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

**III** – A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, caso venha a exercê-la, por motivos óbvios não pode ser por ela responsabilizado.

**IV** – Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

- a) as afirmativas II e IV estão corretas.
- b) as afirmativas I e II estão incorretas.
- c) as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) as afirmativas I e IV estão incorretas.

**38** – Sobre a sociedade limitada, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**II** – A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e visa tomar as contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, designar administradores, quando for o caso, e tratar dos assuntos constantes da ordem do dia.

**III** – As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

**IV** – Pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato, se excessivo em relação ao objeto da sociedade.

- a) as afirmativas II e III estão incorretas.
- b) as afirmativas I e II estão incorretas.
- c) as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) as afirmativas I e IV estão incorretas.

---

## Direito Penal

---

**39** – Sobre os princípios penais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) os princípios penais de garantia visam proteger o autor do crime face ao arbítrio do Estado.

b) o princípio da intervenção mínima propugna a idéia de um Direito Penal como a última instância dos meios de controle formal.

c) o princípio da culpabilidade não exclui a possibilidade de fatos advindos de caso fortuito e força maior serem perseguidos pelo Direito Penal.

d) o princípio da humanidade não fundamenta apenas a proibição de penas cruéis e degradantes, mas também atinge a formulação dos preceitos primários.

**40** – Sobre as normas (leis) penais, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) não há normas (leis) processuais penais no Código Penal brasileiro.

b) as normas (leis) contidas no Código Penal brasileiro aplicam-se, exclusivamente, a fatos ocorridos no território nacional.

c) os parlamentares, atualmente, possuem imunidade material, a qual concretiza a exigência prévia de autorização da casa legislativa respectiva para o início da persecução penal.

d) o Tratado de Roma, que acolheu o Tribunal Penal Internacional e foi ratificado pelo Brasil, não pode ser aplicado a fatos anteriores a sua vigência.

**41** – Sobre os crimes hediondos e equiparados, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu, pela via de exceção, a inconstitucionalidade da vedação a progressão de regime para os condenados pela prática de crimes hediondos, levará a colocação em regime semi-aberto, de forma automática, de todos os que estejam em idêntica situação.
- b) a decisão referida na alternativa anterior não poderá, de forma alguma, beneficiar os condenados, cuja sentença tenha transitado em julgado, em homenagem ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- c) afora a discussão sobre a progressão de regime de cumprimento de pena, o Código Penal brasileiro já contemplava a concessão de livramento condicional para os apenados pela prática de crimes hediondos.
- d) a progressão de regime e o livramento condicional são institutos idênticos, sendo descabida, portanto, toda a discussão em torno do tema.

**42** – Sobre a aplicação da pena e medida de segurança, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o sistema vicariante foi adotado pela reforma da Parte Geral do Código Penal brasileiro em 1984.
- b) o sistema vigente no Brasil é o do duplo binário.
- c) acaso o magistrado, por ocasião da sentença condenatória, reconheça a inimputabilidade do agente, em virtude de doença mental, poderá aplicar a pena privativa de liberdade, cumulada com medida de segurança.
- d) acaso o magistrado, vislumbrando a gravidade do crime cometido, entenda ser o acusado perigoso, poderá impor, desde logo, a medida de segurança, sem a necessidade de proferir sentença de mérito.

**43** – Sobre a prescrição no Direito Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a prescrição não se aplica aos crimes hediondos e aos a eles equiparados, em virtude da extrema gravidade.
- b) a prescrição aplica-se a todo e qualquer delito.
- c) a prescrição somente começa a fluir a partir do recebimento da denúncia.
- d) a prescrição da pretensão executória aplica-se, também, às penas pecuniárias e restritivas de direitos.

**44** – Sobre o concurso de pessoas e de crimes, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) autoria mediata e autoria colateral são hipóteses de concurso de pessoas.
- b) nos crimes plurissubjetivos – de concurso necessário – o concurso de pessoas é característica elementar.
- c) tem-se o denominado concurso formal próprio quando o agente possui desígnio autônomo, ou seja, o dolo de cometer dois ou mais crimes o faz com apenas uma conduta.
- d) o concurso material e o formal são causas que adotam o critério da exasperação.

**45** – Sobre o conceito de crime, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o conceito analítico, dogmático ou estratificado decompõe o delito em suas partes constitutivas.
- b) o conceito formal de crime relaciona o crime ao conteúdo da proibição, ou seja, ao bem jurídico protegido.
- c) o conceito material de crime relaciona conduta proibida à sanção respectiva.
- d) o conceito de crime só se destina às condutas ativas, excluindo a omissão.

**46** – Sobre os delitos contra a vida, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Código Penal brasileiro contempla expressamente a exclusão de crime em se tratando de aborto eugênico ou eugenésico (aquele praticado em situações nas quais o feto não tem sobrevivência).
- b) o Código Penal brasileiro contempla expressamente a exclusão de crime em se tratando de eutanásia (o homicídio praticado a pedido de quem suporta doença grave e incurável, com sofrimento terrível).
- c) o homicídio doloso não comporta a aplicação de perdão judicial, ainda que o sofrimento decorrente da prática da conduta seja grave.
- d) o infanticídio contempla o elemento especial “estado puerperal”, cuja duração está restrita às 24 (vinte e quatro) horas após o parto.

**47** – Sobre os crimes contra a liberdade individual, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o sujeito ativo do constrangimento ilegal poderá cometer o delito na forma omissiva.
- b) aquele particular que constrange outrem, mediante violência ou grave ameaça a praticar furto, causando-lhe sofrimento físico ou mental, comete o delito de tortura, descrito em lei extravagante, e não o de constrangimento ilegal.
- c) a ameaça exige que o sujeito ativo tenha a intenção de impor medo à vítima, prometendo-lhe mal injusto e grave, caracterizando-se o delito ainda que o mal prometido não se concretize.
- d) o delito de seqüestro, descrito no tipo base do *caput* do artigo 148 do Código Penal brasileiro (“Art. 148. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado.”), exige para sua configuração que o sujeito ativo pretenda alguma finalidade específica, como, por exemplo, a obtenção de “resgate”.

**48** – Sobre os crimes contra a liberdade sexual, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) tanto o delito de estupro, quanto de atentado violento ao pudor, exigem para sua configuração que se cuide a vítima de pessoa virgem e não afeta a vida sexual.
- b) para a configuração tanto do delito de estupro quanto do atentado violento ao pudor é imprescindível, segundo a lei, que haja, sempre, violência real ou lesão grave na vítima.
- c) o delito de posse sexual mediante fraude não exige, para sua ocorrência, o elemento normativo “mulher honesta”.
- d) a conduta da mulher, solteira e maior de 21 (vinte e um) anos de idade, que marca seus próprios encontros à tarde, com prévio agendamento e combinação de valores, caracteriza o delito de favorecimento da prostituição.

---

## Processo Penal

---

**49** – Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) somente pode ser iniciado de duas maneiras: por requisição da autoridade judiciária ou do membro do Ministério Público ou por requerimento do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- b) toda diligência a ser realizada pela autoridade policial deve ser autorizada pelo magistrado competente.
- c) nos casos de ação penal pública dependente de representação, não poderá o inquérito ser iniciado sem esta.
- d) o atual Código de Processo Penal não assinala prazo para a conclusão do inquérito policial.

**50** – Sobre a liberdade provisória com fiança, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a fiança é cabível, observados os demais requisitos, tanto para crimes punidos com reclusão como para os punidos com detenção.
- b) segundo o Código de Processo Penal, o juiz, ao arbitrar a fiança, deve apenas levar em consideração as circunstâncias pessoais de fortuna do acusado/indiciado e os danos provocados pelo crime.
- c) a fiança pode ser prestada em dinheiro, pedras preciosas e hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- d) é possível a exigência de reforço da fiança quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente.

**51** – Sobre a competência criminal da Justiça Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) compete aos juízes federais processar e julgar os crimes praticados em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) compete aos juízes federais processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.
- c) compete aos juízes federais processar e julgar as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- d) compete aos juízes federais processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves, nos termos da lei processual penal, ressalvada a competência da Justiça Militar.

**52** – Sobre o rito dos crimes cometidos através da imprensa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a denúncia ou queixa-crime devem ser acompanhadas, necessariamente, do exemplar do jornal ou periódico, no caso de crime cometido por meio impresso, ou da cópia da notificação da empresa de radiodifusão, caso o crime tenha sido cometido por meio desta.
- b) não poderá haver citação por edital, por conta da natureza do crime.
- c) oferecida a inicial acusatória, o juiz deve determinar a citação do acusado para apresentar defesa prévia.
- d) da decisão que receber ou rejeitar a inicial acusatória, cabe recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.

**53** – Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é cabível durante o prazo da pena estipulada para o condenado.
- b) é possível o ajuizamento da ação impugnativa autônoma, por mais de uma vez, pelo exato mesmo motivo, vez que se trata da liberdade da pessoa condenada.
- c) é possível o reexame da prova apresentada no processo de conhecimento, funcionando a revisão como uma segunda apelação.
- d) é possível que o Tribunal competente reconheça, na própria revisão criminal, desde que requerido pelo autor, o direito a uma justa indenização do injustiçado, caso conclua que houve erro no primeiro julgamento.

**54** – Sobre a ação penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a ação penal privada subsidiária da pública é cabível apenas nas hipóteses de ação penal pública condicionada, caso haja inércia do Ministério Público.
- b) nos casos em que a lei exige requisição do Ministro da Justiça para o oferecimento da ação, tal requisição deve ser encaminhada ao Ministério Público em até 60 (sessenta) dias após a data do fato tido como delituoso.
- c) nos casos de ação penal de iniciativa privada, a legitimidade para oferecer a queixa-crime é somente do ofendido.
- d) a representação, quando exigida pela lei, é irretroatável após o oferecimento da denúncia.

**55** – Sobre a prova testemunhal no Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o número máximo de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes depende, como regra, do rito a ser seguido no processo.
- b) segundo o Código de Processo Penal, estão livres do compromisso de dizer a verdade os doentes, deficientes mentais e menores de 14 (quatorze) anos.
- c) aqueles que em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devem guardar segredo sobre determinado fato, são sempre impedidos de depor.
- d) o Presidente da República, caso venha ser intimado a depor como testemunha, poderá combinar, com o juiz, local, dia e hora para seu depoimento.

**56** – Sobre a prisão em flagrante disciplinada pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) pode ser realizada por qualquer do povo, caso verificada uma situação de flagrante delito.
- b) é considerado em flagrante delito aquele que é encontrado, logo depois de verificada a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor do delito.
- c) deve ser seguida da lavratura do respectivo auto de prisão em flagrante, que deve observar todos os requisitos legais, sob pena tornar ilegal a prisão.
- d) a autoridade policial deverá comunicar a prisão ao juiz competente dentro do prazo de 36 (trinta e seis) horas, segundo o Código de Processo Penal.

**57** – Sobre o protesto por novo Júri, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é recurso exclusivo da defesa.
- b) é admissível inclusive quando a pena é imposta ao condenado em grau de apelação.
- c) é cabível apenas uma vez, para cada caso.
- d) não impede a interposição de apelação quando o acusado for condenado por crime que não seja doloso contra a vida, mas, neste caso, a apelação fica suspensa até a decisão do novo Júri.

**58** – Sobre a transação penal na forma da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a transação penal é cabível nos casos de ação penal pública.
- b) a lei estabelece diversos requisitos para a proposta de transação penal pelo Ministério Público, tal como não ter sido o autor da infração condenado, pela prática de outro crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- c) aceita a proposta pelo autor da infração e por seu defensor, o juiz deve homologar o acordo, sendo a decisão irrecurável.
- d) a imposição da sanção por meio da transação penal não constará de certidão de antecedentes criminais.

---

## Direito do Trabalho

---

**59** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) não se caracterizam como prestação salarial *in natura* a concessão de plano de assistência médica e previdência privada pagos pelo empregador.
- b) não integram a remuneração do empregado as gratificações e prêmios habitualmente pagos ao empregado.
- c) as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado.
- d) são legalmente permitidos os descontos por danos causados dolosamente pelo empregado ao empregador, estando condicionada a legalidade daqueles ocasionados por atos de imprudência, imperícia e negligência, à anuência do empregado previamente acordada.

**60** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar aos trabalhadores inscritos em programa de aprendizagem, formação técnica-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.
- b) o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos de idade.
- c) aos aprendizes são assegurados direitos idênticos aos dos trabalhadores empregados.
- d) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de 6 (seis) horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada, ressalvando que este limite poderá ser de até 8 (oito) horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

**61** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é trabalhadora doméstica a pessoa que realiza atividades de limpeza em pensão familiar.
- b) não é trabalhador rural aquele que exerce atividades em prédio rústico.
- c) a Constituição da República assegura igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso.
- d) a lei define como trabalhador eventual aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão de mão-de-obra ou sindicato profissional.

**62** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) resta configurado o grupo econômico trabalhista quando determinadas empresas, ainda que não tenham sócios ou direção comuns, executam as mesmas atividades econômicas.
- b) a terceirização de atividades meio de uma empresa, importa na responsabilização solidária do tomador de serviços.
- c) a sucessão de empregadores não afeta o contrato de trabalho dos respectivos empregados.
- d) a contratação de servidor público, após a Constituição da República de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no próprio texto constitucional, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo.

**63** – O regime de compensação de horário, que alterna a prestação de 48 (quarenta e oito) horas em uma semana e 40 (quarenta) horas em outra, quando estabelecido por negociação coletiva, é legitimado pela jurisprudência. Assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** tal regime de compensação:

- a) semana inglesa.
- b) horas de sobreaviso.
- c) semana espanhola.
- d) horas *in itinere*.

**64** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas.

**II** – A interrupção do trabalho destinada ao descanso semanal remunerado, semanalmente concedido pela empresa, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas.

**III** – A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, não é legalmente exigível no regime de trabalho por turnos de revezamento de 6 (seis) horas.

**IV** – A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas a afirmativa III está correta.
- c) apenas a afirmativa IV está correta.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**65** – Dado que o gerente, assim considerado aquele que exerce cargos de gestão, está excluído da tutela legal da duração do trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) não tem direito a horas extras e ao adicional noturno.
- b) não tem direito a horas extras e aos intervalos para repouso e alimentação.
- c) não tem direito a horas extras e ao intervalo entre jornadas.
- d) não tem direito a horas extras e ao descanso semanal remunerado.

**66** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) as férias proporcionais são devidas na rescisão contratual por pedido de demissão.
- b) as férias proporcionais são devidas na rescisão contratual por culpa recíproca.
- c) as férias proporcionais são devidas na rescisão contratual por término de contrato por prazo determinado.
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**67** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – O acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho têm caráter normativo.

**II** – O acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho exigem a participação do sindicato dos trabalhadores.

**III** – O acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho podem dispor sobre condições de salário e de trabalho.

**IV** – O acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho se diferenciam pelo âmbito de sua aplicação.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**68** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

**II** – Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

**III** – O trabalhador aposentado filiado ao sindicato tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

**IV** – Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

- a) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

---

## Processo do Trabalho

---

**69** – Sobre a distribuição do ônus da prova no Processo do Trabalho, com base no direito processual vigente, no entendimento já sumulado, ou que consta nas orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS é um documento obrigatório para a relação empregatícia, pois o empregador tem o dever de anotar o contrato de trabalho. Contudo, suas anotações não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*.

**II** – É ônus do empregador, que conta com mais de 10 (dez) empregados, o registro da jornada de trabalho através de registro manual, mecânico ou eletrônico, sendo que, a não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção *juris tantum* em favor do empregado.

**III** – É ônus do empregado, comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.

**IV** – É ônus do empregado, provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento.

- a) apenas a afirmativa I está incorreta.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

**70** – Sobre o procedimento sumaríssimo no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) as testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

b) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, sendo dispensável a presença de advogado somente nas ações cujo valor não exceda até 20 (vinte) vezes o salário mínimo.

c) cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição da República.

d) o recurso ordinário terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.

**71** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) na liquidação da sentença trabalhista, elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação, sob pena de preclusão.

b) na liquidação da sentença trabalhista, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.

c) no Processo do Trabalho a penhora poderá realizar-se em domingo ou feriado, mediante autorização expressa do juiz.

d) na execução trabalhista os juros de mora são devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

**72** – Sobre a audiência do Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a reclamação, se verbal, será reduzida a termo e assinada pelo juiz da vara.
- b) as testemunhas comparecerão à audiência apenas mediante notificação ou intimação.
- c) o juiz manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.
- d) a pessoa que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não poderá prestar depoimento em juízo.

**73** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) no Processo do Trabalho a sentença mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- b) as partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nas secretarias das varas do trabalho.
- c) no Processo do Trabalho a compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa.
- d) no Processo do Trabalho a nulidade do ato prejudicará os atos anteriores e posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.

**74** – Entre o ajuizamento da reclamação trabalhista e a data designada para audiência, há que existir um interregno de:

- a) 48 (quarenta e oito) horas.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 5 (cinco) dias.
- d) 30 (trinta) dias.

**75** – Sobre a reconvenção, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Nos termos da lei, a reconvenção será apresentada em audiência, simultaneamente à contestação, e na mesma peça que esta.

**II** – Se, após a apresentação da reconvenção, o reclamante optar por desistir da ação inicial, com a anuência da reclamada, implicará conseqüentemente na desistência da reconvenção.

**III** – As partes poderão recorrer das decisões que julgarem a ação e a reconvenção, que se encontrarão em sentenças separadas, através de recurso ordinário.

**IV** – Se o juiz julgar apenas a ação inicial, e não a reconvenção, caberá embargos de declaração para sanar a omissão da sentença. Caso rejeitados os embargos, ou mesmo eventualmente não opostos, após o trânsito em julgado da sentença, caberá ação rescisória desta.

- a) apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- b) apenas as afirmativas I e IV estão incorretas.
- c) apenas as afirmativas II, III e IV estão incorretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**76** – No Processo do Trabalho, os prazos para a parte apresentar agravo de instrumento, embargos de declaração, razões finais, agravo de petição e recurso de revista, são, respectivamente, de:

- a) 10 (dez) dias; 5 (cinco) dias; 48 (quarenta e oito) horas; 8 (oito) dias e 15 (quinze) dias.
- b) 8 (oito) dias; 48 (quarenta e oito) horas; 10 (dez) minutos; 10 (dez) dias e 8 (oito) dias.
- c) 8 (oito) dias; 5 (cinco) dias; 10 (dez) minutos; 8 (oito) dias e 8 (oito) dias.
- d) 10 (dez) dias; 48 (quarenta e oito) horas; 8 (oito) dias; 5 (cinco) dias e 8 (oito) dias.

**77** – O prazo para apresentar contestação em ação rescisória na Justiça do Trabalho é:

- a) nunca é inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 30 (trinta) dias, fixado pelo relator.
- b) 8 (oito) dias, como regra.
- c) sempre de 15 (quinze) dias.
- d) nunca é inferior a 8 (oito) dias nem superior a 15 (quinze), fixado pelo relator.

**78** – Sobre o processo de execução na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.
- b) o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.
- c) se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 48 (quarenta e oito) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal dado, voltando à praça os bens executados.
- d) não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz.

---

## Direito Constitucional

---

**79** – Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que isso seja previsto expressamente na lei do orçamento.
- c) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em alguns casos expressamente elencados na Constituição da República, e desde que haja compatibilidade de horários, observado, sempre, o teto remuneratório estabelecido no texto constitucional.
- d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

**80** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de caráter público, de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.
- b) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de quaisquer direitos ou liberdades e/ou das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por abuso de poder praticado por autoridade pública ou, até mesmo, por particular.
- d) a ação popular poderá ser proposta por qualquer um com vistas à anulação de ato lesivo ao patrimônio público, desde que também atentatório à moralidade administrativa.

**81** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) medida provisória é ato normativo de competência do Presidente da República, com força de lei, a ser adotado em situações de relevância e urgência, mas que não pode tratar, dentre outras matérias, de direito eleitoral, de direito penal e de direito tributário.
- b) emenda constitucional é ato normativo que pode ser proposto pelo Presidente da República, mas que não pode vir a integrar a ordem jurídica na vigência de intervenção federal e de estado de sítio, exclusivamente.
- c) as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, mas dependem de ratificação pelo Congresso Nacional para sua válida entrada no ordenamento jurídico.
- d) a iniciativa das leis complementares cabe, dentre outros e salvo exceções em relação ao seu conteúdo, aos cidadãos, mas sua aprovação, mediante processo legislativo próprio, exige maioria absoluta.

**82** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.
- b) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- c) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- d) são reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição da República.

**83 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) o Supremo Tribunal Federal tem competência para aprovar súmula com efeitos vinculantes até mesmo em relação à administração pública indireta municipal.
- b) a súmula com efeitos vinculantes tem por objetivo evitar grave insegurança jurídica ou relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- c) o Conselho Federal da OAB pode provocar o Supremo Tribunal Federal no sentido de ver cancelada uma súmula aprovada com efeitos vinculantes.
- d) cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal voltada a garantir a aplicação de súmula, aprovada com efeitos vinculantes, pela própria Administração Pública.

**84 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) aos servidores da União titulares de cargos efetivos é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
- b) aos servidores dos Estados titulares de cargos efetivos é assegurado regime de previdência custeado pelo ente público, pelos servidores ativos, inativos e pensionistas.
- c) o regime de previdência dos servidores titulares de cargos públicos dos Municípios observará critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por representantes designados pelos servidores.

**85 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) a União poderá intervir nos Estados para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- b) O Estado poderá intervir em seus Municípios quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por 3 (três) anos consecutivos a dívida fundada.
- c) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Câmara dos Deputados ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- d) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas somente voltarão aos seus cargos após determinação do Chefe do Poder Executivo respectivo.

**86 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, podendo ser editada medida provisória para a sua regulamentação.
- b) os Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em turno único e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- d) a organização administrativa e judiciária dos Territórios será regulada por decreto do Presidente da República.

**87 – Sobre a nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- d) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos ou 20 (vinte) anos alternados e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

**88** – Sobre os partidos políticos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
- b) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Congresso Nacional.
- c) os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

---

## Direito Administrativo

---

**89** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) ato administrativo inválido é aquele cujo ciclo de formação ainda não se ultimou.
- b) ato administrativo dito discricionário é aquele que sempre exige, como condição de validade, prévia e adequada motivação.
- c) ato administrativo eficaz é aquele que já se encontra vigente.
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**90** – Sobre o contrato de concessão de serviços públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é vedada a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, com exceção da arbitragem, desde que realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- b) é admitida a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, inclusive a arbitragem, podendo a mesma ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- c) não é admitida a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, com exceção da arbitragem, desde que realizada no Brasil e em língua estrangeira, nos termos da lei.
- d) no Brasil, o princípio constitucional da indisponibilidade do interesse público impede a utilização da arbitragem nos contratos de concessão de serviços públicos.

**91** – Sobre a responsabilidade do Estado no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) as empresas privadas concessionárias de serviço público jamais responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- c) as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- d) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável se não for caso de dolo ou culpa.

**92** – Sobre licitação e contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o pregão é uma modalidade de licitação alternativa ao leilão e ao concurso, e por isso pode ser utilizado pela Administração Pública nos mesmos casos em que a lei os admite.
- b) a tomada de preços é modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
- c) o contratado, na execução do contrato, jamais poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.
- d) a Administração Pública não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

**93** – Sobre o instituto da desapropriação no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) as desapropriações de imóveis urbanos e rurais serão feitas com prévia e justa indenização, seja em dinheiro, seja em títulos da dívida pública ou da dívida agrária.
- c) a desapropriação por utilidade pública deverá ser efetivada mediante acordo ou ser intentada judicialmente dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- d) nos processos judiciais referente às desapropriações por utilidade pública, o expropriado poderá impugnar todo e qualquer aspecto do procedimento administrativo expropriatório, levando o Poder Judiciário a decidir, inclusive, se era o caso, ou não, da Administração Pública declarar aquele imóvel como sendo de utilidade pública.

---

## **Direito Tributário e Processo Tributário**

---

**94** – De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é permitido à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- b) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- c) é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- d) é facultado ao Poder Executivo da União, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

**95** – De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) compete à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) compete à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- c) compete à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- d) compete à lei complementar estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sendo vedado à União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

**96** – De acordo com a Constituição da República, no que se refere ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- b) o imposto incidirá, em qualquer caso, sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços.
- c) o imposto não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, sendo vedada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- d) o imposto compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

**97** – De acordo com a Constituição da República, no que se refere às contribuições para-fiscais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata a Constituição da República, sendo que a alíquota será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- b) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
- c) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços, sendo que a pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.
- d) os Municípios, o Distrito Federal e os Estados poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o que dispõe a Constituição da República.

**98** – De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- b) o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- c) a lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- d) a expressão “*legislação tributária*” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, sendo excluídos deste conceito os decretos regulamentares que tratem de idêntica matéria.

**99** – De acordo com Código Tributário Nacional, no que se refere à responsabilidade tributária, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, os mandatários, prepostos e empregados e os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas; tal regra aplica-se, inclusive, aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.
- d) nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores, os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados e os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes; em matéria de penalidades, tal regra aplica-se tanto às de caráter moratório quanto às de caráter punitivo.

**100** – De acordo com Código Tributário Nacional, no que se refere ao lançamento tributário, assinale a alternativa **INCORRETA**:

**a)** o lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação; a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, podendo ser realizada tanto antes quanto após a notificação do lançamento.

**b)** a modificação introduzida de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

**c)** quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**d)** o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, dentre outros casos: quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária; quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória; quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária e; quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

**Anote aqui o seu gabarito e destaque.**

- |      |      |
|------|------|
| 01 - | 41 - |
| 02 - | 42 - |
| 03 - | 43 - |
| 04 - | 44 - |
| 05 - | 45 - |
| 06 - | 46 - |
| 07 - | 47 - |
| 08 - | 48 - |
| 09 - | 49 - |
| 10 - | 50 - |
| 11 - | 51 - |
| 12 - | 52 - |
| 13 - | 53 - |
| 14 - | 54 - |
| 15 - | 55 - |
| 16 - | 56 - |
| 17 - | 57 - |
| 18 - | 58 - |
| 19 - | 59 - |
| 20 - | 60 - |
| 21 - | 61 - |
| 22 - | 62 - |
| 23 - | 63 - |
| 24 - | 64 - |
| 25 - | 65 - |
| 26 - | 66 - |
| 27 - | 67 - |
| 28 - | 68 - |
| 29 - | 69 - |
| 30 - | 70 - |
| 31 - | 71 - |
| 32 - | 72 - |
| 33 - | 73 - |
| 34 - | 74 - |
| 35 - | 75 - |
| 36 - | 76 - |
| 37 - | 77 - |
| 38 - | 78 - |
| 39 - | 79 - |
| 40 - | 80 - |